

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Sem vontade para privatizar	2
Título: Segredos.....	3
Título: Acionistas da Petrobrás perderão direito de opinar sobre privatizações	4
Título: Após tragédia, Vale quer cortar ganhos de executivos em 40%	6
Título: Lava Jato denuncia Temer e Moreira.....	7
Título: Lava Jato entrega à Corte informações sobre acordo bilionário com Petrobrás	8
Título: Educação teve o maior corte de recursos	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Cerco a Temer	9
Título: Lava Jato denuncia Temer e vê indício de vazamento em contato com Moreira	11
Título: Governo congela R\$ 7,5 bi de áreas sociais.....	12
Título: Analistas temem nova ação de caminhoneiros	13
Título: Petróleo sobe 27%, para US \$68, na maior alta trimestral em dez anos	15
Título: Brasil não deve reconhecer Golã como israelense	16
VEÍCULO: O Globo.....	17
Título: Dupla acusação	17
Título: Vale propõe atrelar bônus à recuperação de Brumadinho	19
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	20
Título: Outra cidade mineira em alerta	20
Título: Energia: investimento firme	21

Título: Reajuste da gasolina à vista 23

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Adriana Fernandes

Título: Sem vontade para privatizar

Não é só a reforma da Previdência que enfrenta dificuldades para ganhar tração no governo Jair Bolsonaro. O plano de privatização do ministro da Economia, Paulo Guedes, está fazendo água. O programa de venda e liquidação das estatais ineficientes – central na política econômica traçada pelo ultraliberal Paulo Guedes – não está no DNA do governo. O governo tem 134 empresas estatais nos mais diversos setores – 18 delas dão prejuízo anual de R\$ 15 bilhões aos cofres do Tesouro.

Mas os ministros de Bolsonaro abraçaram suas estatais e estão colocando todo tipo de obstáculo para privatizar ou fechar essas empresas. A maioria deles já foi capturada pelas corporações e pelo poder de distribuição de cargos que as estatais garantem, mesmo as menores. Não largam o osso de jeito nenhum. A equipe econômica, que colocou a privatização como uma meta necessária para garantir recursos suficientes para a redução da dívida pública, entrou em parafuso. O desânimo é muito maior nesse campo do que com os sobressaltos recentes da reforma da Previdência - que, se espera, entrou nos trilhos depois do acordo de paz fechado entre Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Antes mesmo do início do governo Jair Bolsonaro, já havia no time de Paulo Guedes a expectativa de encontrar resistências para avançar com o programa. Mas não de forma tão rápida, nem em nível hierárquico tão elevado na Esplanada dos Ministérios. O governo nem mesmo completou seus 100 primeiros dias.

O retrato desse desânimo foi apresentado pelo empresário escolhido a dedo por Guedes para tocar o programa, anunciado com pompa e circunstância: Salim Mattar. Em entrevista à revista Veja, o secretário de Desestatização do Ministério da Economia se diz frustrado. Ele foi corajoso ao revelar as dificuldades em vender as estatais e admitir que as resistências contra as privatizações partem dos próprios ministros. Mattar disparou farpas diretas para o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, um dos mais resistentes. Contou como exemplo do pepino que tem nas mãos o caso de uma estatal que deveria produzir chips para monitorar os rebanhos. “O tal chip, que é instalado na orelha do boi, nem é produzido no Brasil”, criticou. O desabafo do secretário é revelador. Não adianta mudar a cúpula do governo. É preciso mudar também “corações e mentes”.

Bolsonaro e muitos da sua equipe não mudaram a forma de pensar. Não houve um convencimento e faltou uma ordem clara do presidente para fechar empresas que não têm valor e só sangram os recursos públicos. Pelo cenário atual, é provável que se chegue ao fim dos quatro anos de mandato de Bolsonaro sem que o governo tenha privatizado muita coisa. Ou pior: com a venda restrita a ativos mais rentáveis ligados aos bancos públicos, mantendo as empresas ineficientes e com custo elevado para o Tesouro. Investidores já perceberam que o programa de privatizações das empresas está sem rumo – inclusive o da Eletrobrás, que a equipe econômica promete para este ano, mas que continua enfrentando grande resistência no governo e no Congresso. É bom lembrar que, no Fórum Econômico Mundial de Davos, Guedes prometeu conseguir US\$ 20 bilhões ou até mais neste ano com privatizações para ajudar a reduzir a dívida bruta. Se a política do governo definida na campanha eleitoral é o enxugamento da máquina, cabe ao presidente Jair Bolsonaro, e ao ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, dar uma orientação clara para os ministros que estão barrando as privatizações. Empresário de sucesso, Salim Mattar pode desistir da empreitada se perceber que não vai conseguir fazer nada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Segredos

Direto da Fonte

Alguns congressistas, ao que se apurou, vão se insurgir contra o acordo que a Petrobrás fechou nos EUA para não ser processada. Para tanto, a liderança da minoria na Câmara deve assinar, semana que vem, duas representações contra aquele pacto, uma no TCU e outra na CVM. Motivo? A estatal se comprometeu,

em um anexo daquele texto, a compartilhar com autoridades americanas informações confidenciais sobre suas propriedades, finanças e negócios. E não poderá sequer divulgar aqui o conteúdo dos relatórios entregues lá fora.

Segredos 2

Em tempo: o acordo é anterior ao que a Petrobrás fechou com a força-tarefa da Lava Jato – e que foi suspenso por Alexandre de Moraes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Acionistas da Petrobrás perderão direito de opinar sobre privatizações

Poder. Mudança em estrutura da estatal coloca Castello Branco à frente do programa de desinvestimentos e vai dar mais relevância ao presidente e ao conselho; minoritários e União não poderão mais avaliar ou se pronunciar sobre a venda do controle de subsidiárias

A Petrobrás vai alterar sua estrutura interna. No novo desenho, o conselho de administração e o presidente, Roberto Castello Branco, vão concentrar poder, principalmente, no que diz respeito à venda do controle de empresas do grupo. Castello Branco vai assumir o programa de venda de ativos e acompanhar de perto as negociações, como as de refinarias. Quando fechar uma privatização, vai encaminhá-la para apreciação do conselho. O órgão, sozinho, vai poder aprovar a assinatura do contrato. A conclusão do negócio não dependerá mais do aval da União – controladora da estatal – nem dos minoritários, como acontece hoje.

Na nova Petrobrás, Castello Branco assumirá diretamente a área de "Aquisições e Desinvestimentos", hoje sob o guarda-chuva da diretoria financeira. Já o conselho de administração, ao ser definido como última instância de aprovação de processos de venda do controle de empresas do grupo, vai substituir a assembleia de acionistas. O primeiro passo para essa e outras mudanças será dado na assembleia geral de acionistas marcada para 25 de abril, quando serão votadas as alterações no estatuto social que permitirão colocar em prática o novo desenho da cúpula da estatal.

Controvérsia. Segundo fontes, a proposta de suspender o direito dos acionistas de analisar a venda do controle de subsidiárias gerou "um amplo debate" entre executivos da Petrobrás envolvidos no desenho da estrutura. Houve quem se opusesse, por enxergar retrocesso na transparência. As resistências foram

vencidas com o argumento de que é preciso agilizar processos, principalmente de privatizações e de que União e minoritários têm representantes no conselho.

A Petrobrás, por meio de sua assessoria de imprensa, disse que "as propostas de alterações visam reforçar o caráter estratégico do conselho de administração e aumentar a eficiência do processo decisório". Afirmou ainda que esse modelo de gestão "se encontra em linha com a legislação aplicável à Petrobrás, em especial à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e com a prática do mercado".

A avaliação do coordenador da pós-graduação de Compliance da FGV-Direito, Salim Saud Neto, é que esse desenho de organização é comum na iniciativa privada. "Só que a Petrobrás não é uma empresa privada", afirma. "Ela tem um perfil muito específico, por isso é difícil fazer qualquer comparação." Ele diz que, entre empresas privadas, não é comum submeter a venda de subsidiárias a investidores, porque os conselhos de administração contam com representantes de minoritários.

Com a nova organização, os investidores também não vão mais poder opinar sobre a estrutura das diretorias e dos comitês de assessoramento. Detalhes da organização e atribuições deixarão de constar no estatuto social para fazer parte exclusivamente do plano básico da organização (PBO), a ser definido pelo conselho de administração e divulgado no site da empresa. Atualmente, essas informações estão no estatuto e qualquer alteração depende da análise prévia dos acionistas.

Mudanças. O novo PBO deve trazer quatro alterações na estrutura interna – redução do número de diretorias de sete para seis; deslocamento da área de aquisições e desinvestimentos da diretoria financeira para a presidência; deslocamento da área de riscos (inclusive socioambientais) da diretoria de estratégia, que será extinta, para a financeira; e o fim do comitê financeiro, que assessorava a respectiva diretoria.

A estrutura interna da Petrobrás passou por alterações de 2016 a 2018, nas gestões de Pedro Parente e Ivan Monteiro. Eles montaram uma série de instâncias de aprovação de negócios que envolvem grande volume de dinheiro. O objetivo era evitar novos episódios de desvios de recursos, como os revelados na Operação Lava Jato. Essas mudanças foram inseridas no estatuto para garantir que os investidores tomassem ciência dos passos dos gestores, independentemente do partido político que assumisse o governo e o controle da empresa. Com a mudança proposta agora, alguns movimentos feitos pelos presidentes antecessores estão sendo desfeitos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/03/2019****Seção: Economia****Autor: Renata Batista / RIO****Título: Após tragédia, Vale quer cortar ganhos de executivos em 40%**

Corte impacta apenas diretores; cerca de 60% das metas para 2019 estão atreladas a reparações em MG

Com a tragédia de Brumadinho, a proposta de remuneração dos administradores da Vale (conselheiros fiscais, de administração e diretores estatutários) encolherá em cerca de 40%. O corte vai impactar apenas os diretores, cujo orçamento é de cerca de metade do realizado em 2018. A remuneração individual nos conselho de administração e fiscal deve se manter estável. A companhia também prevê gasto adicional de R\$ 15,5 milhões com Comitês Extraordinários, criados após a tragédia. A quantia equivale a 75% dos R\$ 20 milhões repassados aos Bombeiros de Minas Gerais.

Cortes. As informações estão na proposta de remuneração que será apresentada aos acionistas. A maior parte da economia virá da remuneração variável dos diretores que, no orçamento de 2018, superava os R\$ 50 milhões. Metade desse valor permanece no orçamento. A estimativa mostra também que a empresa ampliou os chamados benefícios, previstos em R\$ 1,79 milhão no início do ano passado, terminaram 2018 em R\$ 2,9 milhões e estão orçados em R\$ 4,5 milhões para 2019.

O corte foi feito no bônus pago em ações. Nesse programa, os executivos são obrigados a adquirir ações equivalentes a 50% do bônus anual. Se a meta de preço das ações for atingida, os títulos, após três anos, são bonificados: para cada ação, o executivo recebe outra.

Na proposta de remuneração, a Vale sinaliza, porém, que 60% das metas da diretoria em 2019 estarão atreladas a reparações relativas a Brumadinho e a outras ligadas a saúde, segurança, meio ambiente e comunidades. Outros 40% referem-se a metas econômico-financeiras, aprovadas antes da tragédia. O orçamento a ser levado em assembleia aponta ainda custo estimado, em 2019, de R\$ 22 milhões para desligamento de diretores, de 2017 a 2019.

A Vale informou, em nota, que a remuneração informada no início do ano são projeções baseadas em premissas que podem se confirmar ou não. A estimativa é que a remuneração total prevista para a diretoria executiva em 2019 fique 48,7% abaixo da de 2018, "devido principalmente à suspensão da remuneração variável dos executivos em função da ruptura da barragem de Brumadinho".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/03/2019****Seção: Política****Autor: Constança Rezende Roberta Jansen / RIO****Título: Lava Jato denuncia Temer e Moreira**

Ex-presidente e ex-ministro são acusados de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro; MPF do Rio recorre da decisão que revogou prisões

O Ministério Público Federal no Rio ofereceu ontem duas denúncias contra o ex-presidente Michel Temer e o ex-ministro das Minas e Energia Moreira Franco pelos crimes de corrupção ativa e passiva, peculato e lavagem de dinheiro em supostos desvios no valor de R\$ 18 milhões nas obras de Angra 3. Nas investigações, foram descobertas contas não declaradas na Suíça, com o equivalente a quase R\$ 60 milhões, que seriam vinculadas ao esquema.

A força-tarefa da Operação Lava Jato no Rio insiste na necessidade de que os dois sejam presos preventivamente e informou que, na segunda-feira, será ajuizado um recurso contra a decisão que os libertou. O ex-presidente e o ex-ministro foram presos no dia 21, na Operação Descontaminação, deflagrada pela força-tarefa da Lava Jato no Rio. Os dois foram soltos quatro dias depois por decisão do desembargador Ivan Athié, do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF-2). Os procuradores afirmam na denúncia que Temer e Moreira Franco trocaram mensagens por meio de aplicativo na madrugada do dia da prisão. Para eles, isso indica vazamento de informações sobre a detenção iminente e justifica a manutenção das preventivas.

Por volta de 1h24 do dia 21, Temer enviou uma mensagem para Moreira Franco: "Você está acordado?", perguntou o ex-presidente. O ex-ministro, por sua vez, tentou ligar para Temer quase 20 minutos depois, por volta de 1h40. Como não conseguiu falar, enviou mensagem: "Estou acordado. Tentei ligar, mas você não atendeu".

Os procuradores acompanharam as comunicações via WhatsApp entre os dois durante 86 dias. E estranharam que esse contato, justamente no dia da prisão, tenha sido o único realizado de madrugada. "Fazendo um histórico dos contatos, eles nunca tinham se falado nesse horário", afirmou o coordenador da força-tarefa, procurador da República Eduardo El Hage.

Outros. O Ministério Público Federal no Rio também apresentou denúncia contra outras sete pessoas pelos crimes de corrupção ativa e passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Entre elas, estão o almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletronuclear, e suas filhas Ana Cristina da Silva Toniolo e Ana

Luiza Barbosa da Silva Bolognani. Eles mantinham as quatro contas bancárias na Suíça.

Também foram denunciados João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, sua mulher, Maria Rita Fratezi, José Antunes Sobrinho, Carlos Alberto Costa, Carlos Alberto Costa Filho, Vanderlei de Natale, Carlos Alberto Montenegro Gallo e Carlos Jorge Zimmermann. A segunda denúncia do Ministério Público envolve a contratação fictícia da empresa Alumni Publicidades, como forma de dissimular o pagamento de propinas de cerca de R\$ 1,1 milhão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Lava Jato entrega à Corte informações sobre acordo bilionário com Petrobrás

Os procuradores da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba encaminharam documento ao Supremo Tribunal Federal no processo referente à medida cautelar que questiona acordo firmado entre o Ministério Público Federal no Paraná e a Petrobrás. O acerto, homologado pela 13.^a Vara da Justiça Federal do Paraná, foi suspenso pelo ministro da Corte Alexandre de Moraes, que atendeu a um pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. O acordo previa o recebimento, pelo Brasil, de uma multa de R\$ 2,5 bilhões paga pela estatal petrolífera em ação nos Estados Unidos – parte do valor da multa seria destinada a uma fundação que seria gerida por entidade privada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Educação teve o maior corte de recursos

Despesas da pasta, centro de uma série de crises, foram reduzidas em R\$ 5,8 bi

Dona do maior orçamento da Esplanada dos Ministérios e no centro de uma série de crises no início do governo Jair Bolsonaro, a Educação foi o maior alvo da tesourada do governo nos gastos para conseguir cumprir a meta fiscal. As despesas da pasta foram reduzidas em R\$ 5,8 bilhões. O Ministério da Defesa, fortalecido na gestão de um presidente que é de carreira militar, foi o segundo mais atingido, com bloqueio de R\$ 5,1 bilhões. Já a Saúde foi preservada, porque os gastos programados para o ano já estão próximos do piso

constitucional, como antecipou o Estadão/Broadcast. O corte foi de R\$ 599,9 milhões, de um orçamento de R\$ 19,4 bilhões para 2019.

O forte contingenciamento de R\$ 29,8 bilhões deixa as despesas discricionárias abaixo dos R\$ 100 bilhões, próximo do que é considerado o mínimo essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades do governo. Em 2017, a falta de recursos provocou atraso na emissão de passaportes e ameaças de fechamento de agências do INSS. No decreto publicado ontem, o governo indicou que o aperto inicial nos recursos será maior, de quase R\$ 36 bilhões, porque a equipe econômica resolveu destinar R\$ 5,372 bilhões a uma reserva de contingência. O dinheiro, porém, não ficará bloqueado, pois o Executivo pode liberar aos poucos limites adicionais para órgãos que precisem de mais recursos. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a decisão de colocar recursos nessa reserva já havia sido tomada na semana passada, quando o governo anunciou o bloqueio.

O corte na Educação foi possível porque existia uma "folga" de R\$ 18 bilhões em relação ao piso constitucional de aplicação no ensino, que é de R\$ 52,7 bilhões. Já na Saúde esse espaço é bem menor, de R\$ 1,6 bilhão. Além de Educação e Defesa, entraram no contingenciamento o Ministério da Infraestrutura, que perdeu quase metade de seu orçamento (de R\$ 10,9 bilhões para R\$ 6,6 bilhões) e o de Minas e Energia, que viu o corte incidir sobre quase todos os seus gastos (de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 969 milhões). A reportagem procurou as quatro pastas mais atingidas, mas apenas a Infraestrutura informou que "a questão orçamentária está em análise pela equipe do ministério".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Cerco a Temer

Ex-presidente se torna réu na primeira instância devido ao caso do assessor flagrado com mala de dinheiro, sobre o qual há evidências acachapantes

Com prisão preventiva revogada por uma liminar concedida na segunda-feira (25), o ex-presidente Michel Temer não tardou a voltar ao noticiário político-policial.

Na quinta (28), o emedebista tornou-se réu, por decisão da Justiça Federal em Brasília, sob a acusação de corrupção passiva no famigerado episódio em que um ex-assessor seu foi flagrado em poder de uma mala contendo R\$ 500 mil entregues pela empresa JBS, dos irmãos Joesley e Wesley Batista.

Apenas um dia depois, Temer foi denunciado pelo Ministério Público do Rio em investigação de desvio de recursos relacionados à obra da **usina nuclear Angra 3** — o mesmo caso que o levava para atrás das grades em 21 de março.

Havia motivos de sobra para questionar a prisão preventiva, medida que se toma em caso de risco à ordem pública ou à apuração criminal, e mais ainda, as dimensões do aparato policial mobilizado para levá-la a cabo. Entretanto são gravíssimas as suspeitas que pesam sobre o ex-presidente.

São acachapantes, em particular, as evidências colhidas acerca do meio milhão em dinheiro vivo que um homem de confiança de Temer, Rodrigo Rocha Loures, carregava em 28 de abril de 2017.

Semanas antes ocorrera a infame conversa entre o então mandatário e Joesley Batista, gravada por este. Ali, Loures foi apontado como interlocutor para assuntos de confiança da JBS no governo.

É verdade que, na época, a Procuradoria-Geral errou ao fechar um acordo de delação por demais generoso com os Batistas, além de precipitar-se em interpretações frágeis sobre o conteúdo do áudio, parecendo por vezes movida pelo desejo de enfrentamento político.

De todo modo, resta indesmentível que um auxiliar indicado pelo próprio Temer recebeu dinheiro para o qual não se concebe finalidade diferente de propina. Para esta Folha, o flagrante justificava a aceitação de denúncia pela Câmara dos Deputados e o afastamento do presidente para investigações.

Não foi o que ocorreu, como se sabe. No entanto o episódio manchou de modo indelével o que, até ali, se afigurava como um mandato de realizações importantes, especialmente na agenda econômica, em curto espaço de tempo.

Enterraram-se com ele as chances de aprovação de uma reforma da Previdência que, provavelmente, permitiria algum desafogo do Orçamento e uma recuperação menos vagarosa da renda nacional.

O esforço para evitar um julgamento pelo Supremo Tribunal Federal mobilizou o Palácio do Planalto e consumiu o capital político de Temer. Espera-se agora que os fatos sejam examinados com a devida presteza a partir da primeira instância da Justiça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 27/03/2019****Seção: Poder****Autor: Júlia Barbon****Título: Lava Jato denuncia Temer e vê indício de vazamento em contato com Moreira**

Ex-presidente é denunciado sob acusação de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro em 2 ações

O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro denunciou nesta sexta-feira (29) o ex-presidente Michel Temer, o ex-ministro Moreira Franco e outras 12 pessoas sob acusação de desvios de recursos públicos e outros crimes.

Foram apresentadas duas acusações formais contra Temer: uma por peculato e lavagem de dinheiro, e outra por corrupção e lavagem de dinheiro. O coronel João Baptista Lima, amigo de Temer, e Othon Pinheiro, ex-presidente da estatal Eletronuclear, também estão entre os denunciados.

Quem vai decidir se aceita essas denúncias é o juiz federal Marcelo Bretas, o mesmo que mandou prender preventivamente (quando não há prazo para soltura) Temer, Moreira e outras oito pessoas no último dia 21. Temer ficou preso por quatro dias na sede da Polícia Federal no Rio. Foi solto na segunda (25), após decisão do juiz federal Ivan Athié, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Na quinta (28), o emedebista se tornou réu pela primeira vez em uma ação criminal, no caso da mala com R\$ 500 mil em pagamentos ilícitos da JBS — Temer é apontado como suposto destinatário.

No caso da investigação da Lava Jato do Rio, o Ministério Público Federal sustenta que Temer liderou organização criminosa que recebeu por 40 anos vantagens indevidas em contratos envolvendo estatais e órgãos públicos.

A primeira denúncia se refere ao pagamento de R\$ 11 milhões pela Eletronuclear para uma empresa que não teria capacidade técnica de fazer a obra para a qual foi contratada na **usina nuclear Angra 3**. Temer teria usado sua influência para nomear dirigentes e colocar essa empresa ali.

Já a segunda denúncia é referente a propinas de R\$ 1,1 milhão, num contrato firmado em 2014 para um serviço de publicidade no aeroporto de Brasília que nunca foi realizado. Um sistema complexo de pagamentos acabava novamente na conta da PDA.

Para reforçar que a prisão preventiva de Temer era necessária, os procuradores citaram nesta sexta uma tentativa de contato entre ele e Moreira Franco na madrugada antes da operação.

À 1h24 daquele dia, Temer tentou ligar e enviou uma mensagem pelo WhatsApp perguntando se Moreira estava acordado. Alguns minutos depois, à 1h40, o ex-ministro tentou retornar a ligação, mas não teve resposta. Mandou mensagem dizendo que estava acordado e tinha tentado ligar.

Foi o único contato de madrugada entre os dois em 86 dias de ligações analisadas, o que, para os procuradores, pode indicar que eles sabiam da operação de horas depois.

O advogado de Temer, Eduardo Canelós, afirmou que as acusações não se sustentam. “A partir disso, constrói-se uma tese acusatória completamente dissociada da realidade, usando-se, inclusive, fatos que são objeto de outros feitos.” Sobre o contato com Moreira Franco na madrugada anterior à operação, disse que “é absolutamente natural que mantenham contatos frequentes, sem que isso indique alguma atitude escusa”.

Antonio Sergio de Moraes Pitombo, que defende Moreira Franco, declarou que a denúncia não tem respaldo probatório e se baseia no depoimento de um delator.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro

Título: Governo congela R\$ 7,5 bi de áreas sociais

Contingenciamento federal atinge também ministérios comandados por militares e emendas de parlamentares

A área social do governo federal teve R\$ 7,5 bilhões congelados na primeira revisão orçamentaria do ano.

O contingenciamento, formalizado em decreto nesta sexta-feira (29), não poupou nem mesmo ministérios comandados por militares.

O governo anunciou que congelaria R\$ 29,582 bilhões das despesas previstas para este ano, em razão da revisão do cenário econômico, com menos crescimento e, por consequência, menor arrecadação.

O congelamento representa 23% das despesas discricionárias (maneáveis e, por isso, sujeitas a corte) do governo.

Na área social, à exceção do Ministério da Saúde, o percentual do Orçamento congelado foi maior do que isso. Na pasta da Educação, o governo congelou R\$ 5,839 bilhões, o equivalente a 25% do valor previsto no Orçamento.

Na Cidadania, que abarca os antigos ministérios do Desenvolvimento Social, Esportes e Cultura, o bloqueio foi de R\$ 1,050 bilhão — 24,5% do que era previsto na pasta em despesas discricionárias.

Na Saúde, o quadro é inverso. O contingenciamento (R\$ 599 milhões) representou apenas 3% do valor orçado. Foi o ministério mais poupado depois da Vice-Presidência da República, do general Hamilton Mourão, que não sofreu contingenciamento algum e tem R\$ 7,6 milhões para gastar neste ano em despesas voluntárias.

Os ministros militares não tiveram a mesma sorte. Minas e Energia, ministério comandado pelo ex-capitão Tarcísio Gomes de Freitas, sofreu um contingenciamento de 80% da verba discricionária prevista e Infraestrutura, de 40%. O almirante Bento Albuquerque comanda a Infraestrutura.

A Defesa, chefiada pelo general Fernando de Azevedo e Silva, sofreu um recorte de R\$ 5,107 bilhões, o equivalente a 39% de seu Orçamento em verbas discricionárias.

As emendas impositivas de parlamentares — tanto as individuais quanto as de bancada — tiveram um congelamento de R\$ 2,955 bilhões, cerca de 21% do orçado.

O contingenciamento sofrido pela classe política, portanto, foi inferior ao sofrido pelos ministérios civis, sinal de que, pelo menos no campo orçamentário, o discurso de confrontação de Bolsonaro não foi aplicado.

O congelamento não é definitivo, e as verbas costumam ser liberadas ao longo do ano na medida em que o governo refaz a estimativa de receitas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima, Taís Hirata e Júlia Moura

Título: Analistas temem nova ação de caminhoneiros

Para economistas, paralisação como a de 2018 reduziria confiança e dificultaria ainda mais retomada da atividade

Uma nova paralisação dos caminhoneiros seria um desastre para uma economia cuja velocidade de reação já é colo cada em dúvida em meio à falta de articulação do governo em torno da reforma da Previdência.

A percepção é que a fragilidade do governo pode, mais uma vez, abrir espaço para que a categoria se sinta fortalecida a fazer novas exigências sob o risco de, não atendida, parar.

Nesse contexto, as expectativas de empresários e consumidores seriam, mais uma vez, as mais atingidas. “Seria muito ruim para a economia”, diz Cláudio Frischtak, sócio da Inter B.

Segundo ele, a paralisação ocorrida em maio de 2018 foi um dos elementos importantes, ao lado das incertezas trazidas pelo ambiente eleitoral, para que as expectativas de crescimento deixassem o patamar de 3% em direção à alta de apenas 1,1% no ano.

“Eis que, quase um ano depois, temos um governo democraticamente eleito demonstrando enorme fragilidade, desta vez pela dificuldade de governar, e eu não sei se isso não pode ser um estímulo a uma nova paralisação.”

Cerca de 65% da carga nacional é transportada por rodovias, diz Frischtak. Quando se exclui o minério de ferro, cujo transporte é feito basicamente por ferrovias, esse percentual sobe para cerca de 80%.

“Uma greve dos caminhoneiros pode gerar desabastecimento imediato. Somos reféns da categoria”, diz Frischtak.

O setor agropecuário, por exemplo, encerrou 2018 estagnado, e a paralisação ajudou nesse movimento.

Estudo da CNI (Confederação Nacional da Indústria) calculou que o tabelamento do frete rodoviário — um dos principais impactos da paralisação — provocou redução de R\$ 7,2 bilhões no PIB, o que significa queda de 0,11%.

Alessandra Ribeiro, sócia da área de macroeconomia da Tendências Consultoria, lembra que a produção industrial caiu mais de 10%, mas se recuperou no mês seguinte.

Para Ribeiro, as sequelas mais fortes foram sentidas sobre a confiança, em especial a do consumidor, e daí para a economia. Sem confiança, o consumo, componente fundamental para fazer a economia voltar a avançar, se retrai.

“Uma nova paralisação mataria a confiança do consumidor, que já caiu em meio à turbulência política”, diz Ribeiro.

“Seria um risco grande num governo cuja popularidade já está em queda. Pensando num movimento que quer extrair o máximo do governo, nada melhor do que fragilidade.”

Flávio Serrano, economista sênior do banco de investimento Haitong, diz ser difícil estimar o efeito sobre o PIB, mas concorda que expectativa e confiança seriam atingidas.

Algumas empresas, porém, detalharam os estragos causados pela paralisação nos balanços mais recentes. Na JBS, a perda foi de R\$ 112,9 milhões; na BRF, R\$ 85 milhões, e, na Celulose Irani, R\$ 5,6 milhões.

Uma nova paralisação seria catastrófica, diz Valdemar Kovalski, presidente do sindicato de avicultores de Santa Catarina. O estado, um dos maiores poios do setor no país, viu sua produção cair 11% em 2018. “Você pega um setor convalescente da crise de 2018 e recebe uma nova avalanche. O governo precisa estar preparado para lidar com a crise.”

A paralisação teve efeito sobre todos os setores industriais, embora os de bens de consumo tenham sofrido mais, diz José Velloso, presidente-executivo da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Petróleo sobe 27%, para US \$68, na maior alta trimestral em dez anos

Os preços do petróleo subiram cerca de 1% nesta sexta-feira (29), marcando seu maior avanço trimestral em uma década.

Sanções dos EUA sobre Irã e Venezuela, bem como cortes de produção liderados pela Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), se sobrepuseram às preocupações sobre uma desaceleração econômica global.

O contrato para maio do petróleo Brent, que expirou nesta sexta-feira, fechou a US\$ 68,39 o barril, com avanço de 27% no primeiro trimestre.

Nos EUA, o barril WTI subiu 1,42% nesta sexta, para US\$ 60,14, marcando um avanço de 32% no período de janeiro a março.

Foi a maior alta trimestral para os dois contratos de referência desde o segundo trimestre de 2009, quando ambos ganharam 40%.

As sanções dos EUA ao Irã e à Venezuela impulsionaram os preços do petróleo neste ano.

Outro fator para o aumento dos preços em 2019 tem sido um acordo entre a Opep e aliados, como a Rússia, para corte de produção em cerca de 1,2 milhão de barris por dia, que começou oficialmente em janeiro.

O grupo de produtores deve se reunir em junho, mas alguns problemas já começam a emergir. A Arábia Saudita, líder da Opep, luta para convencer a Rússia a se manter por mais tempo no pacto, e Moscou pode concordar com uma prorrogação por apenas três meses, segundo fontes familiarizadas com o assunto.

O mercado também tem sido apoiado por um crescimento mais lento na produção dos Estados Unidos, onde a oferta está estável desde meados de fevereiro.

Por outro lado, os futuros do petróleo têm sido pressionados por preocupações de que uma economia global em desaceleração possa impactar a demanda por energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/03/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Brasil não deve reconhecer Golã como israelense

O porta-voz da Presidência da República, general Otávio Rêgo Barros, afirmou na sexta-feira (29) que “não há previsão” de o governo brasileiro reconhecer a soberania de Israel sobre as colinas de Golã.

O presidente Jair Bolsonaro embarca neste sábado (30) para uma visita oficial a Israel que durará até quarta (3).

O território de Golã foi capturado por Israel da Síria durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e posteriormente anexado, num ato sem reconhecimento internacional.

Na semana passada, no entanto, o presidente dos EUA, Donald Trump, disse reconhecer o direito do Estado judeu sobre o território, o que gerou críticas de

organismos internacionais, da União Europeia e de países como Turquia, Rússia, Irã.

Com a afirmação de Rêgo Barros de que o Brasil não deve seguir o gesto dos EUA, o governo Bolsonaro dá uma outra sinalização de que pretende adotar um tom mais cauteloso na política de aproximação com Israel.

Embora na campanha eleitoral Bolsonaro tenha prometido transferir a embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém (o principal pleito dos israelenses), o presidente mudou o discurso sobre o tema.

Na quinta-feira (28), ele disse que “talvez” o Brasil abra um escritório de negócios em Jerusalém, um gesto diplomático de muito menor impacto do que uma mudança de embaixada.

Na sexta, Rêgo Barros reforçou as palavras de Bolsonaro. “Nosso presidente está demandando estudos para a avaliação da instalação de um escritório de negócios em Jerusalém”, declarou.

Ao contrário do que ocorreu nas duas primeiras visitas internacionais de Bolsonaro, o filho do presidente da República, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), não participará da viagem. Ele é o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Segundo Rêgo Barros, acompanharão Bolsonaro a Israel os ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores), **Bento Costa Lima (Minas e Energia)**, Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) e Augusto Heleno (Segurança Institucional).

Integrarão a comitiva ainda os senadores Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), Chico Rodrigues (DEM-RR) e Soraya Thronicke (PSL-MS), além da deputada Bia Kicis (PSL-DF); o chefe do Estado-Maior conjunto das Forças Armadas, tenente-brigadeiro do ar Raul Botelho, e secretário de pesca e aquicultura do Ministério da Agricultura, Jorge Seif Júnior.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/03/2019

Seção: O País

Autor: JULIANA CASTRO E AGUIRRE TALENTO RIO E BRASÍLIA

Título: Dupla acusação

Temer é denunciado por corrupção e deve virar réu em cinco ações no Rio e em Brasília

Um dia após virar réu na Justiça Federal do Distrito Federal no caso dama-la de dinheiro entregue pela empresa J&F ao ex-deputado Rodrigo Rocha Loures, o ex-presidente Michel Temer foi alvo ontem de mais duas denúncias do Ministério Público Federal (MPF) do Rio.

Conforme O GLOBO informou na última segunda-feira, as acusações são de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato, na investigação que apura desvios em contratos da **usina de Angra 3**. Caso o juiz Marcelo Bretas acolha as duas denúncias, Temer já será réu em três processos, número que deve chegar a cinco em breve.

Nos próximos dias, o MPF do Distrito Federal receberá dois casos pelos quais Temer foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República quando ainda era presidente. A procuradoria regional precisa ratificar à Justiça as denúncias apresentadas pela PGR quando Temer ainda tinha foro privilegiado.

Uma delas é o caso do chamado "quadrilhão do MDB", pelo qual Temer já havia sido denunciado pela Procuradoria-Geral da República, mas a abertura do processo foi suspensa pelo Congresso em 2017. O segundo caso é o inquérito dos portos, cuja denúncia foi feita no fim do ano passado pela procuradora-geral da República Raquel Dodge.

O "quadrilhão" já tem uma ação penal em andamento na primeira instância, mas Temer não está entre os réus porque tinha a imunidade presidencial. Agora, a denúncia será ratificada e ele passará a figurar no rol dos acusados deste caso. Este processo, e também o inquérito dos portos, ficarão na 12- Vara Federal do DF, sob os cuidados do juiz federal Marcus Vinicius.

LIGAÇÃO NA MADRUGADA

Além de Temer, foram denunciados ontem pelo MPF do Rio o ex-ministro Moreira Franco, o coronel João Baptista Lima Filho e mais 11 pessoas. Entre elas, o ex-presidente da Eletronuclear Othon Luiz Pinheiro da Silva, que, segundo a acusação, foi colocado no comando da empresa por Temer.

A primeira denúncia fala sobre a contratação irregular da empresa finlandesa AF Consult, da Engevix e da Argeplan, empresa de coronel Lima, para um contrato na **usina nuclear de Angra 3**, com a apropriação, segundo os procuradores, de quase R\$ 11 milhões dos cofres públicos. Para o MPF, a Argeplan foi incluída no contrato como forma de devolução da propina para Temer.

Na segunda denúncia, Temer, Moreira Franco, Coronel Lima e mais seis pessoas respondem pela contratação fictícia da empresa Alumi Publicidades, como forma de dissimular o pagamento de propina de cerca de R\$ 1,1 milhão.

Foi durante as investigações deste caso que Bretas ordenou a prisão preventiva de Temer, decisão revogada na última segunda-feira pelo desembargador Ivan Athié, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Ontem, os procuradores voltaram a defender a prisão preventiva de Temer e Moreira Franco, e apresentaram um novo argumento. O MPF contou que Temer tentou falar com Moreira na madrugada que antecedeu a prisão dos dois. O contato se deu à 1h24m do dia 21, faltando menos de cinco horas para a deflagração da ação.

Os procuradores mostraram, pelo histórico de contato telefônico entre os dois nos últimos meses, que eles nunca se falavam naquele horário. Para o MPF, o dado indica que Temer e Moreira souberam antes que seriam alvo de uma operação.

OUTRO LADO

A defesa de Temer reagiu duramente à entrevista dos procuradores sobre a denúncia. Os advogados afirmaram que o MPF "repetiu o processo midiático do dia em que foi preso o ex-presidente".

"Como se dá com as acusações, que não se sustentam em nenhum elemento idôneo, mas apenas em suposições e na débil palavra de delatores, essas aleivosias lançadas partem da falsa premissa de que seria ilícito qualquer contato entre Temer e Moreira Franco, uma relação que nada tem de ilegal ou ilegítima. É absolutamente natural que mantenham contatos frequentes", afirmou o advogado Eduardo Carnelós. Para a defesa, as denúncias "não têm nenhum fundamento sério"

A defesa de Moreira Franco disse que provará a inocência do ex-ministro: "A narrativa do MP inclui ilações sem respaldo probatório. As imputações apresentadas serão afastadas no curso do processo"

A defesa de Coronel Lima disse estranhar a apresentação de denúncia logo após a PGR "pedir a instauração de inquérito para investigar os mesmos fatos, o que demonstra o açodamento no oferecimento da denúncia".

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Vale propõe atrelar bônus à recuperação de Brumadinho

Fatia de 40% do benefício dos próximos anos dependeria do avanço de metas para a região

Depois de cancelar o bônus de executivos referente a 2018 por causa da tragédia de Brumadinho, a Vale pretende atrelar 40% do valor do benefício dos anos seguintes a metas de reconstrução e gestão de crise para reparação de danos de cunho ambiental, social e humanitário decorrentes da ruptura da barragem, num desastre que deixou 216 mortos e 88 desaparecidos.

A empresa ainda vai definir quais serão as ações usadas como parâmetro. Com isso, essa parcela do bônus só será paga se a companhia cumprir as metas. A informação consta do edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária, marcada para 30 de abril. Outros fatores serão usados como critérios: 20% do benefício estão relacionados a parâmetros de sustentabilidade, saúde e segurança de colaboradores e comunidades. Os 40% restantes estão vinculados a métricas econômico-financeiras da empresa.

A tragédia de Brumadinho levou a mineradora a suspender a distribuição de dividendos aos acionistas. Até o momento, a Vale tem R\$ 16,9 bilhões em ativos bloqueados em razão de decisões judiciais. Além disso, pode se tornar alvo de ações coletivas nos Estados Unidos.

Para Marcos Assi, diretor-presidente da Massi Consultoria e professor da Fundação Álvares Penteado, vincular parte do bônus a metas para reparar danos de Brumadinho tem como objetivo mostrar ao mercado que a companhia está adotando efetivamente uma gestão de risco:

—Ela quer forçar seus gestores a buscarem ações para minimizar os riscos. É uma forma de proteger a empresa e responsabilizar os executivos.

Segundo Wanderlei Passarella, diretor da Synchron Participações, que atua em governança corporativa, é legítimo atrelar bônus em função de metas. Mas ele ressalta que as metas devem envolver a redução de risco em toda a operação:

— Seria mais produtivo estabelecer meta de redução do risco global atrelado à mineração e barragens. Reconstruir é importante, prever novas catástrofes é mandatório

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/03/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Outra cidade mineira em alerta

Ameaçado de ser atingido por rejeitos de minério de ferro da barragem da Vale da Mina de Gongo Soco, o município de Santa Bárbara, na Grande Belo Horizonte, passou, ontem, por simulação de rompimento da estrutura. Há uma semana, o nível de emergência foi elevado a 3, status máximo, que indica ruptura a qualquer momento.

Com cerca de 30 mil habitantes, Santa Bárbara é a segunda cidade de Minas a passar por teste em menos de uma semana. A primeira foi Barão de Cocais, município vizinho, onde fica a barragem, na última segunda-feira.

Segundo dados da Defesa Civil de Minas, 1.620 pessoas da cidade teriam de ser retiradas de suas casas em caso de colapso da estrutura. Os cálculos das autoridades dão conta de que a lama chegaria à cidade em 2h36. Em Barão de Cocais, esse tempo é de 1h06.

Para simulado em Santa Bárbara foram fixados 13 pontos de encontro, locais que não seriam atingidos pelo rejeito, segundo a Defesa Civil. Cinco pontos ficam na cidade, dois no distrito de Brumal e cinco no distrito de Barra Feliz. Os carros alertando para o simulado, e que serão utilizados também caso a barragem se rompa, começaram a rodar pela cidade às 15h, horário do início do teste.

Além do São João, que corta Barão de Cocais, os rios Conceição e Santa Bárbara, que banham o município onde o simulado foi realizado, seriam poluídos. Como os rios são os caminhos naturais da lama, a população às margens dos cursos d'água corre mais riscos.

Em Barão de Cocais, cidade de aproximadamente 28 mil habitantes, a previsão era que 6.054 pessoas participassem do simulado. Esse número, no entanto, foi de 3.626. O simulado em Santa Bárbara foi concluído em 53 minutos. O de Barão de Cocais, em 32.

Apesar de menos pessoas dentro da área de inundação, o tempo em Santa Barbara foi maior porque a área coberta é mais extensa. “Tanto que em Barão de Cocais eram sete pontos de encontro e, em Santa Barbara, 13”, afirmou o tenente-coronel Flavio Godinho, coordenador-adjunto da Defesa Civil.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: Rodolfo Costa

Título: Energia: investimento firme

Bilbao — A tensão política entre o governo e o Congresso preocupa os investidores, mas não é vista como motivo para retardar investimentos no setor energético. A Iberdrola, por exemplo, líder mundial em produção de energia renovável, sobretudo eólica, mantém as previsões de expansão no Brasil. Estão mantidos, inclusive, os planos de abertura de capital da Neoenergia, o braço da companhia no país, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A diretriz, dizem executivos do grupo, é continuar olhando o cenário de longo prazo.

Entre 2018 e 2022, a Iberdrola prevê investir 34 bilhões de euros em todos os mercados onde atua, inclusive no Brasil. Por conta da provável abertura de capital, ainda este ano, a empresa está em período de silêncio e evita comentar sobre o tema. Mas, a julgar pelo crescimento exponencial da companhia, é esperado um grande volume de aportes nos próximos três anos.

Em todo o mundo, o lucro operacional bruto da Iberdrola cresceu 28% em 2018. No Brasil, praticamente dobrou, afirmou ontem o presidente da companhia, Ignacio Galán, reeleito para o cargo por 98,2% do conselho de administração, na Assembleia Geral de Acionistas da empresa, em Bilbao, na Espanha.

A projeção de crescimento dos resultados está mantida para os próximos três anos. Em 2022, a companhia prevê lucro bruto superior a 12 bilhões de euros, o que significaria crescimento de 30% em comparação a 2018. A perspectiva é de que o lucro líquido fique entre 3,7 bilhões e 3,9 bilhões de euros, também uma elevação de 30% em quatro anos.

Os 34 bilhões de euros de investimento global previstos para o período de 2018 a 2022 também apontam crescimento. Até 2022, a previsão é de 7 bilhões de euros por ano, volume 32% superior ao total investido mundialmente em 2018, de 5,3 bilhões de euros. Todo o planejamento da Iberdrola permitiu à empresa fixar, ainda ontem, um dividendo mínimo anual no período para os acionistas, que atingirá 0,4 euro por ação em 2022. “É uma cifra que pode aumentar em consonância com o crescimento dos resultados”, destacou Galán.

Participaram da assembleia — ou foram representados — 74% dos acionistas da companhia. As contas da Iberdrola foram aprovadas por 99,2%. O discurso de Galán empolgou os investidores. Para o Brasil, a companhia tem planos ambiciosos. Na segunda-feira, assinou os contratos de concessão referentes ao leilão de energia realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em dezembro.

Pelos lotes 1 (o maior em disputa), 2, 3 e 14, que incluem linhas e subestações nos estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, a Neoenergia deve investir quase metade dos cerca de R\$ 13,2 bilhões previstos pela agência em cinco anos. Nesse período, a

expectativa é de que a empresa crie 12 mil empregos, entre diretos e indiretos.

A atuação da Iberdrola no Brasil recebeu atenção no discurso de Galán. Ele destacou que o plano nacional de energia prevê enormes investimentos em redes e geração renovável para atender a uma demanda crescente. “É o resultado de uma melhoria nas perspectivas econômicas do país”, justificou. A construção da usina hidrelétrica de Baixo Iguaçu, que fornecerá energia renovável para 1 milhão de consumidores, no Paraná, foi outro investimento enaltecido. Com capacidade instalada de mais de 350 MW, a inauguração do empreendimento está prevista para o primeiro semestre deste ano. “Pouco antes do fim de 2018, enchemos a barragem da usina”, ressaltou Galán.

Conta de luz sem adicional

As contas de luz continuarão com bandeira verde em abril, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desse modo, não haverá cobrança extra para os consumidores. A bandeira verde está em vigor desde dezembro.

As duas variáveis do sistema de bandeiras tarifárias são o preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) e o nível dos reservatórios das hidrelétricas, medido pelo indicador de risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês).

“A previsão hidrológica projetada para abril ainda indica a tendência verificada em março, de recuperação do nível dos reservatórios. Essa conjuntura favorável aponta para a manutenção da produção hidrelétrica e do nível de risco hidrológico (GSF) em patamares condizentes com o perfil de bandeira verde. Essa perspectiva também se reflete no preço esperado para a energia (PLD), em valor inferior ao registrado nos dois últimos meses”, informou a Aneel, em nota.

Na bandeira verde, não há taxa extra. Na bandeira amarela, a taxa é de R\$ 1 a cada 100 kWh consumidos. No primeiro nível da bandeira vermelha, o adicional é de R\$ 3 e, no segundo, de R\$ 5.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/03/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Machado/Fernanda Bastos

Título: Reajuste da gasolina à vista

De longe, o cartaz de um posto de combustíveis no Sudoeste anuncia: gasolina comum a R\$ 4,29 o litro. A aditivada, a R\$ 4,35. Na Asa norte, o valor chega a R\$ 4,67. O preço assusta e desmotiva o motorista. E, se os valores pesam no bolso,

o brasileiro pode se preparar porque, na segunda-feira, a expectativa é de mais alta. A partir de 1º de abril, subirá a base de cálculo do ICMS estadual, com o valor de referência passando de R\$ 4,14 para R\$ 4,396. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União em 25 de março, e a tabela de preços médios ponderados ao consumidor final (PMPF) vale para todos os combustíveis.

Em nota, a Secretaria de Fazenda confirmou o reajuste do valor de referência para a incidência de imposto e informou que o aumento estava previsto a partir do resultado do preço médio de mercado. Na prática, isso quer dizer que a gasolina que chegará aos postos será mais cara e, se os revendedores não conseguirem segurar os preços, o consumidor pagará mais, como explica o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares. “Só existe uma refinaria que entrega em Brasília. Então, todos comprem da mesma. O preço é igual e cabe à revenda definir a margem de lucro. O que dificulta é que o empresário, ao fim do mês, ainda precisa pagar impostos de 27,5% sobre o ganho real”, explica.

Aos condutores, resta procurar alternativas. A psicóloga Andréa Fernanda Lunas, 34 anos, diz que a saída é adotar o transporte público. “Deixei o carro em casa. Antes, sem os reajustes, gastava R\$ 30 para ir de casa ao trabalho (no Setor de Indústrias Gráficas)”, conta a moradora de Taguatinga. Com o orçamento apertado, ela reveza o ônibus com a carona do marido. “Sempre pesquiso os postos com maiores descontos”, revela. Segundo ela, o companheiro, que é representante comercial e precisa usar sempre o carro, chega a gastar, por semana, mais de R\$ 300 com abastecimento.

Assim como Andréa, o agrônomo Manoel Policarpo Neto, 50, morador da Asa Norte, também procura os valores mais baixos e evita dirigir. “Acho que essas são as principais medidas, porque chorar não muda nada”, afirma. “Percebi esse aumento e fico assustado. Os reajustes são recorrentes, e o acréscimo é de ponta a ponta. No entanto, deveria refletir na refinaria e não na bomba do posto de gasolina”, completa.

Dólar

No último dia 19, a Petrobras anunciou o sétimo reajuste seguido no preço médio da gasolina de 2,30%, elevando o custo do litro para R\$ 1,6337. Em fevereiro, o Distrito Federal teve a gasolina mais barata do Centro-Oeste, sendo comercializada a R\$ 4,181 o litro, segundo levantamento do Índice de Preço Ticket Log (IPTL). Dados mais recentes da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostram, porém, que abastecer em Mato Grosso do Sul sai mais em conta. Lá, o preço médio do litro está em R\$ 3,663.

O presidente do Sindicombustíveis alerta que, com o aumento do dólar, é esperado que, também na segunda-feira, a Petrobras faça mais reajustes nas refinarias. A moeda norte-americana chegou a ultrapassar os R\$ 4 na manhã de quinta-feira. Enquanto isso, a população demonstra desconforto. Marcos Roberto Pereira, 30, é motociclista. “Esses aumentos são absurdos. Nós, consumidores, temos de fazer ajustes no orçamento para caber mais essa despesa”, reclama o autônomo, que calcula que mais de 20% do salário são gastos com abastecimento de combustíveis.

MME / ASCOM .